



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

EXMº. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE
LICITAÇÃO – PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB –
JOÃO PESSOA/PB

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2014 –
LOTE: 04 – SUB LOTES 01-02-03-04**

G A P CONSTRUÇÕES LTDA – ME, pessoa
jurídica de direito privado, com sede na Granja Esperança - s/n –
Chã de Pinheiro, do município de Paudalho/PE – CEP: 55.825-
000, **CNPJ(MF) de n. 18.033.528/0001-22**, vem,
tempestivamente, por seus representantes legais, (Doc. 01) com
espeque no artigo 109, I, 3.º da Lei de Licitações, apresentar

RESPOSTA



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

ao recurso administrativo, aviado por **RN CONSTRUÇÕES LTDA.**, para dizer que:

A recorrente logrou a **3.^a classificação** no certame em comento, inconformada com o resultado interpôs o presente recurso que ora segue contra minutado em desfavor do primeiro e segundo colocado, cabendo a recorrida rebater tão somente as alegações que lhe são atribuídas de forma leviana e no claro intuito induzir esta respeitável Comissão Permanente de Licitação a erro como demonstraremos a seguir.

1. DO MÉRITO

Em sede meritória o recorrente, sustenta em **confuso arrazoado** que:

1.1 - Quanto à suposta falta de motivação descrita no 1º ponto da peça recursal.

Tal **afirmação é singela** e vem despida de fundamentação, pois que seria indispensável que o recorrente procedesse a uma demonstração mais acurada do que afirma, mais ainda quando aqui se demonstrou que a **PROPOSTA DE PREÇO** apresentada pela recorrida, **descreve itens que estimam o serviço, sendo passíveis de correção e manejo**, à luz



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

das cláusulas editalícias que deveras já destacamos, não se podendo falar, que o recorrente haja sido tratado de forma diferente dos demais. Ao revés, **cumpriu** na íntegra, o que manda a legislação aplicável a espécie.

Em sua **singela peça recursal**, o peticionante nem sequer aponta os supostos vícios, o que só levar crer a má-fé e o cristalino intuito de tumultuar o certame ao tentar induzir a erro esta CPL.

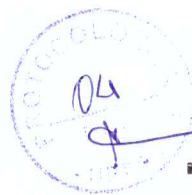
Logo, **não há o que se prover quanto ao mérito** do recurso administrativo, a que se responde, o que se argumenta apenas por extremo zelo e cautela processual.

Acaso conhecido, de ser improvido esse recurso.

1.2 Quanto ao suposto erro nos índices do percentual dos encargos sociais alusivos ao mensalistas, utilizados e apresentações dos encargos sociais e BDI.

Absurda a alegação.

Isso porque, a recorrida obedeceu fielmente o contido no edital - item 11.8 - do certame ao utilizar a tabela SINAPI onde consta o índice utilizado de 49,03% (quarenta e



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

nove virgula três por cento) no que tange aos encargos sociais dos mensalistas, que pode ser disponibilizado no site: www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/SINAPI/relatório_relatorio_insumos.asp conforme documento em anexo (Doc. 02), em detrimento do que argumenta o recorrente ao mencionar a Convenção Coletiva do sindicato da construção civil, querendo nesse momento alterar as regras estabelecidas no certame conforme a Lei nº 8.666/93 modificando inclusive os índices a serem utilizados.

Por fim, demonstrando a aventura jurídica em que consiste o seu recurso alega o recorrente que a empresa recorrida “não apresentou as composições para os encargos sociais e as composições de BDI, ferindo severamente a peça editalícia nos itens de nº8.41 e no 8.5.1”.

No que se refere ao novel argumento expendido, basta que a respeitável CPL certifique a comprovação do documento questionado, onde desde a abertura do envelope do lote 4 as composições dos encargos sociais e de BDI, de forma discriminada e única do lote 4 e seus sub lotes restam certas.

Em respeito ao **princípio da isonomia** e o da **vinculação ao instrumento convocatório de ser mantida a decisão da Comissão Permanente de Licitação.**



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

DO REQUERIMENTO

Em face do exposto, se requer:

- **Mantenha-se a decisão recorrida, na integra,** tal como lançada, eis que descabido qualquer reparo, tal como argumentamos, tudo em homenagem aos princípios da razoabilidade administrativa, e da indisponibilidade do interesse público, haja vista o preço ofertado pelo recorrido.

Por oportuno, requer a **juntada desta aos autos**, para fins de direito.

Estes são os termos em que

Pede e espera deferimento

Recife, 05 de Janeiro de 2015

Elenilson José da Silva

ELENILSON JOSÉ DA SILVA

CPF nº053.434.584-08

Abner David do Amaral Canario

Abner David do Amaral Canario

OAB/PE n.º 32851



**AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS**

Acostando 01 documento (Procuração)



AMARAL &
AMARAL
ADVOGADOS

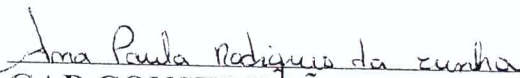
INSTRUMENTO DE MANDATO

OUTORGANTE: GAP CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 18.033.528/0001-22, com endereço na Rua Granja Esperança, nº 77, Chã de Pinheiro, Paudalho/PE

OUTORGADO: MARIA JOSÉ DO AMARAL, brasileira, solteira, advogada, OAB/PE 17285 e ABNER DAVID DO AMARAL CANARIO, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob n. 32.851, ambos com endereço profissional na Av. Bernardo Vieira de Melo, 4243 - Sala 21 - Empresarial Miguel Melo Center – Piedade- Jaboatão dos Guararapes/PE – CEP: 54420-010 - E-mail: ammaral@adv.oabsp.org.br

PODERES: O Outorgante confere aos Outorgados os poderes da cláusula “*ad judicium*” e “*extra judicium*” e os especiais para representar o Outorgante perante o foro de qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, Justiça Comum, Repartições Públicas e Privadas, podendo propor contra quem de direito as necessárias ações e defendê-lo nas ações que contra este forem propostas, seguindo umas e outras até a final decisão, usando todos os recursos legais e acompanhado-os até o final, conferindo-lhe, ainda, poderes para confessar, firmar compromissos e/ou acordos, receber notificações, intimações, acordar, transigir, desistir, propor execução, desistir do direito sobre o qual se funda a ação, e substabelecer em todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes.

Jaboatão dos Guararapes, 28 de Abril de 2014


GAP CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 18.033.528/0001-22

PARAÍBA

VIGÊNCIA A PARTIR DE 04/2013

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00	0,00	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00	0,00	0,00
A	Total	16,80	16,80	36,80	36,80
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,04	0,00	18,04	0,00
B2	Feriados	4,31	0,00	4,31	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90	0,69	0,90	0,69
B4	13º Salário	10,86	8,33	10,86	8,33
B5	Licença Paternidade	0,08	0,06	0,08	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,72	0,56	0,72	0,56
B7	Dias de Chuvas	2,05	0,00	2,05	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,12	0,09	0,12	0,09
B9	Férias Gozadas	7,95	6,10	7,95	6,10
B10	Salário Maternidade	0,03	0,02	0,03	0,02
B	Total	45,06	15,85	45,06	15,85
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,35	4,10	5,35	4,10
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,28	0,22	0,28	0,22
C3	Férias Indenizadas	6,00	4,61	6,00	4,61
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,32	4,08	5,32	4,08
C5	Indenização Adicional	0,45	0,35	0,45	0,35
C	Total	17,40	13,36	17,40	13,36
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,57	2,66	16,58	5,83
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,48	0,36	0,53	0,41
D	Total	8,05	3,02	17,11	6,24
TOTAL(A+B+C+D)		87,31	49,03	116,37	72,25